

**Relatório de Avaliação Intercalar do  
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas  
da Autoridade da Concorrência  
- Outubro 2024 -**

**1. Enquadramento**

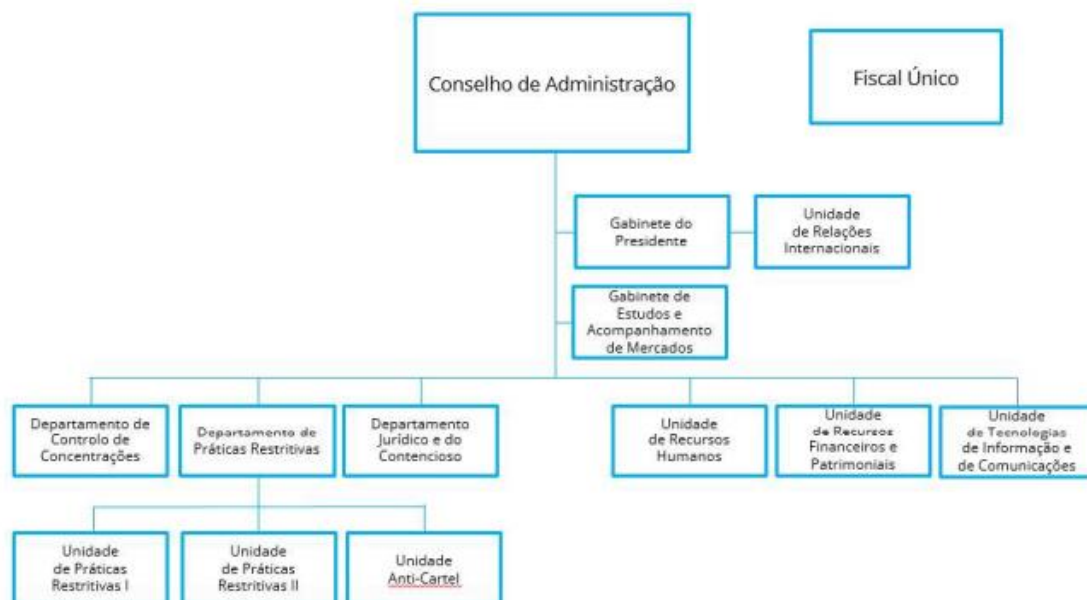
1. Dando cumprimento ao disposto na Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, a Autoridade da Concorrência (AdC) elaborou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), aprovado por deliberação do conselho de administração de 9 de fevereiro de 2012, o qual foi atualizado em função da aprovação das Recomendações n.ºs 5/2012 e 1/2015 do CPC, a 14 de dezembro de 2017.
2. A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), veio introduzir alterações ao tratamento da matéria da corrupção e infrações conexas, tendo a AdC conduzido um exercício de revisão do PPR, atualizando-o em conformidade com o novo Regime, por decisão do Conselho de Administração (CA) de 7 de junho de 2023.
3. Atualmente, o PPR da AdC encontra-se em revisão, nomeadamente tendo em conta a publicação entretanto ocorrida do Guia n.º 1/2023 - setembro do MENAC.
4. O PPR encontra-se divulgado, quer na página da internet, quer na página da intranet da AdC, tendo sido comunicado ao MENAC.
5. O PPR acompanha e densifica uma cultura, promovida pela AdC, de prevenção de riscos de corrupção e de infrações conexas, envolvendo todos os seus quadros, em respeito pelos princípios fundamentais da atividade da AdC, de independência, responsabilidade e transparência, tal como definidos nos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto, e no Regime Jurídico da Concorrência, constante da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio.
6. É neste contexto, e nos termos do artigo 6.º, n.º 4, al. a) do RGPC, que é elaborado o presente relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo.

**2. Implementação das medidas preventivas dos riscos elevado ou máximo**

7. A AdC elabora o presente relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo com vista a verificar o grau de implementação das medidas preventivas nas situações identificadas de risco elevado ou máximo, bem como a previsão da sua plena implementação.

8. A especificação dos riscos e das medidas complementares próprias de cada área de atuação da AdC é apresentada no PPR através de mapas de diagnóstico do risco, nos quais são identificadas as Unidades Orgânicas (UO) e as respetivas atividades que implicam riscos de corrupção e de infrações conexas, os riscos específicos de cada atividade, a probabilidade de ocorrência de um risco (graduação: fraca, média, alta), a gravidade da consequência de um risco ou impacto previsível (graduação: fraca, média, elevada) e as medidas de prevenção adequadas face aos riscos identificados.
9. No âmbito do presente exercício, foi levada a cabo uma análise do grau de implementação das medidas preventivas identificadas nas situações identificadas de risco elevado ou máximo.
10. O grau de implementação foi aferido atendendo à seguinte classificação:
  - (i) Cumprido – desencadeadas as ações necessárias e implementadas as medidas relevantes;
  - (ii) Parcialmente Incumprido – desencadeadas as ações necessárias, sem medidas relevantes integralmente implementadas;
  - (iii) Incumprido – sem ações ou medidas relevantes identificadas e implementadas;
  - (iv) Em Revisão – ações necessárias em revisão para alcançar uma plena implementação.
11. Nas situações pontuais em que a plena implementação não foi alcançada pela AdC, indica-se nos mapas de diagnóstico do risco quais os motivos para tal, bem como as ações previstas para alcançar uma plena implementação.
12. Note-se que a estrutura orgânica da AdC é a que consta do seguinte organigrama:

### Estrutura da AdC



13. Neste contexto, apresenta-se, de seguida, o exercício de avaliação intercalar, usando como referências:

**UO** - Unidade Orgânica;

**PO** – Probabilidade de Ocorrência do risco, nos termos do PPR;

**GC** – Gravidade da Consequência do risco, nos termos do PPR;

**F** – Fraco grau de PO ou de GC, nos termos do PPR;

**M** – Médio grau de PO ou de GC, nos termos do PPR;

**E** – Elevado grau de PO ou de GC, nos termos do PPR.

14. Considerou-se ainda o nível de risco resultante da conjugação entre a Probabilidade de Ocorrência do risco e a Gravidade da Consequência do risco, nos termos previstos no PPR.

**Matriz de aferição do nível de risco a partir dos critérios de probabilidade e impacto previsível**

		Probabilidade da Ocorrência (PO)		
		Fraco	Médio	Elevado
Gravidade da Consequência (GC)	Fraco	Mínimo	Fraco	Moderado
	Médio	Fraco	Moderado	Elevado
	Elevado	Moderado	Elevado	Máximo

Nota: AdC. Matriz elaborada com base na matriz constante do Guia 1/2023 do MENAC, pág. 15.

15. Neste sentido, não estão contemplados no PPR da AdC riscos máximos, encontrando-se identificados como elevados os seguintes riscos:

Unidade Orgânica	Atividades	Riscos	PO	GC	Grau de risco
DCC	<p>Propostas de decisão de operações de concentração e avaliações prévias</p> <p>Negociação de compromissos</p> <p>Averiguação de operações de concentração não notificadas</p> <p>Processos de contraordenação (não notificação; realização de operações não autorizadas; não prestação de informações ou prestação de informações falsas, inexatas ou incompletas; não colaboração; por incumprimento de compromissos)</p>	Captura por advogados ou consultores (representantes das empresas notificantes)	M	E	Elevado

<b>DPR</b>	<p>Triagem e análise de denúncias</p> <p>Receção e gestão de pedidos de dispensa ou redução da coima</p> <p>Planeamento e desenvolvimento de diligências de investigação</p> <p>Negociação de compromissos</p> <p>Conversações em procedimentos de transação</p> <p>Propostas de decisão em processos por práticas restritivas da concorrência</p>	Captura por advogados e/ou representantes das empresas visadas/ denunciante	M	E	Elevado
<b>URF</b>	Gestão Financeira	Movimentação indevida de dinheiros	M	E	Elevado
	Gestão de Aprovisionamento e Património	<p>Favorecimento de prestadores de bens e serviços</p> <p>Incipiente acompanhamento, monitorização e controlo do cumprimento do contrato com fornecedores</p>	<p>M</p> <p>M</p>	<p>E</p> <p>E</p>	<p>Elevado</p> <p>Elevado</p>
<b>UTIC</b>	Gestão de Arquivo e Expediente	Desaparecimento de correspondência	M	E	Elevado

16. Não se encontrando estabelecido um nexo entre os riscos e as concretas medidas identificadas, e por motivos de completude do exercício, foi avaliado o cumprimento da integralidade das medidas contemplados no PPR da AdC para as atividades em que se inserem os riscos elevados identificados, através da matriz de avaliação que se segue.

## Matriz de avaliação da execução do PPR

### a) Departamento de Controlo de Concentrações (DCC)

Atividades	Risco elevado ou máximo	PO	GC	Grau de risco	Medida	Estado de cumprimento
<ul style="list-style-type: none"> <li>Propostas de decisão de operações de concentração e avaliações prévias</li> <li>Negociação de compromissos</li> <li>Averiguação de operações de concentração não notificadas</li> <li>Processos de contraordenação (não notificação; realização de operações não autorizadas; não prestação de informações ou prestação de informações falsas, inexatas ou incompletas; não colaboração; por incumprimento de compromissos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Captura por advogados ou consultores (representantes das empresas notificantes)</li> </ul>	M	E	Elevado	Cláusula contratual estabelecendo dever de sigilo	Cumprido
					Repartição de responsabilidades dirigentes entre Diretor e Diretor Adjunto	Cumprido
					Equipas pluripessoais	Cumprido
					Rotatividade de funções	Cumprido
					Ações de supervisão	Cumprido
					Acesso cruzado da correspondência através do SGD	Cumprido
					Manuais de procedimentos	Cumprido
					Reportes internos com aprovação prévia do CA das opções estratégicas dos processos	Cumprido
					Mecanismos de acesso a processos	Cumprido
					Regras de segurança nas aplicações informáticas	Cumprido
					Reuniões periódicas envolvendo todas as equipas de instrutores para pontos de situação	Cumprido
					Publicação na página eletrónica da AdC de informação sobre processos em curso sobre decisões emitidas	Cumprido
					Publicação de Linhas de Orientação em matéria de controlo de concentrações	Cumprido
					Mecanismos de <i>checks and balances</i> no processo decisório para verificação da robustez	Cumprido

					jurídico- económica das abordagens propostas, quer através da interação matricial entre unidades operacionais, e.g. pelo DJC e/ou pela equipa do Economista-Chefe, quer, pontualmente, por consultores externos	
					Subdelegação de poderes do CA no âmbito do regime jurídico da concorrência, com obrigatoriedade de reporte regular àquele órgão	<b>Cumprido</b>

**b) Departamento de Práticas Restritivas da Concorrência (DPR)**

<b>Atividades</b>	<b>Risco elevado ou máximo</b>	<b>PO</b>	<b>GC</b>	<b>Grau de risco</b>	<b>Medida</b>	<b>Estado de cumprimento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Triagem e análise de denúncias</li> <li>• Receção e gestão de pedidos de dispensa ou redução da coima</li> <li>• Planeamento e desenvolvimento de diligências de investigação</li> <li>• Negociação de compromissos</li> <li>• Conversações em procedimentos de transação</li> <li>• Propostas de decisão em processos por práticas restritivas da concorrência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Captura por advogados e/ou representantes das empresas visadas/denunciante</li> </ul>	M	E	Elevado	Cláusula contratual estabelecendo dever de sigilo	<b>Cumprido</b>
					Mecanismo de reporte/registo da existência de conflitos de interesses	<b>Cumprido</b>
					Repartição de responsabilidades dirigentes entre Diretor e Chefes de Unidade	<b>Cumprido</b>
					Equipas pluripessoais	<b>Cumprido</b>
					Rotatividade de funções	<b>Cumprido</b>
					Ações de supervisão e monitorização da tramitação processual	<b>Cumprido</b>
					Acesso cruzado a informação e documentação através do SGD	<b>Cumprido</b>

					Manuais de procedimentos	<b>Cumprido</b>
					Reportes internos regulares junto dos diferentes níveis da cadeia hierárquica com aprovação prévia do CA das opções estratégicas dos processos	<b>Cumprido</b>
					Mecanismos de salvaguarda e registo para acesso a processos relevantes e sensíveis	<b>Cumprido</b>
					Regras de segurança nas aplicações informáticas	<b>Cumprido</b>
					Reuniões periódicas envolvendo todas as equipas de instrutores para pontos de situação e análise da estratégia de investigação /decisão	<b>Cumprido</b>
					Publicação na página da AdC das decisões adotadas	<b>Cumprido</b>
					Publicação de Linhas de Orientação em matéria de práticas restritivas da concorrência	<b>Cumprido</b>
					Mecanismos de <i>checks and balances</i> no processo decisório para verificação da robustez jurídico- económica das abordagens propostas, quer através da interação matricial entre unidades operacionais, e.g. pelo DJC e/ou pela equipa da Economista-Chefe, quer, pontualmente, por consultores externos	<b>Cumprido</b>
					Subdelegação de poderes do CA no âmbito do regime jurídico da concorrência, com obrigatoriedade de	<b>Cumprido</b>



					reporte regular àquele órgão	
--	--	--	--	--	------------------------------	--

**c) Unidade de Recursos Financeiros e Patrimoniais (URF)**

Atividades	Riscos	PO	GC	Grau de risco	Medida	Estado de cumprimento
Gestão Financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>Movimentação indevida de dinheiros</li> <li>Quebra de sigilo e divulgação de informação a terceiros</li> </ul>	M	E	Elevado	Reporte interno periódico através de relatórios de execução e financeira e patrimonial	Cumprido
					Reconciliações bancárias mensais	Cumprido
					Limitação do valor disponível de fundo de maneio e controlo rigoroso da sua movimentação	Cumprido
					Procedimentos de controlo interno na área da Contabilidade instituídos em Manual de Procedimentos que é regularmente atualizado	Cumprido
					Controlo diário da movimentação das contas bancárias	Cumprido
					Segregação de Funções entre a receita e despesa (tarefas distribuídas anualmente aos colaboradores da contabilidade)	Cumprido
					Segregação de funções ao nível da elaboração dos Pedidos de Pagamento (PAP), autorização do PAP e pagamento do PAP no <i>Homebanking</i>	Cumprido

					Acompanhamento constante do Fiscal Único	<b>Cumprido</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Favorecimento de prestadores de bens e serviços</li> <li>Incipiente acompanhamento, monitorização e controlo do cumprimento do contrato com fornecedores</li> </ul>	M		Elevado	Segregação de funções em mais de um interveniente na aquisição ou adjudicação de bens e serviços	<b>Cumprido</b>
		M		Elevado	Aplicação do Regulamento 11/2022, de 6 de janeiro, sobre a inexistência de conflitos de interesses dos prestadores de serviços, dos gestores de contratos e do júri dos procedimentos de contratação pública	<b>Cumprido</b>
					Intensificar o controlo na execução dos contratos com recurso a relatórios periódicos elaborados pelos Gestores de Contratos	<b>Cumprido</b>
					Intensificar a utilização da plataforma eletrónica para as contratações em que não há obrigação legal de utilização da plataforma	<b>Cumprido</b>
					Reforçar a transparência na contratação com a publicitação não obrigatória no portal base	<b>Em revisão</b> Apesar de não ser obrigatório publicitar no Portal Base o procedimento de ajuste direto, regime simplificado pois encontra-se dispensado nos termos do n.º 3 do artigo 128.º do CCP, a URF está a planear iniciar o

						carregamento de alguns procedimentos de regime simplificado no Portal, tendo sido prioritário atualizar os de regime obrigatório; está a ser elaborado o plano correspondente.
					Vários níveis de validação – circuito de controlo de faturas	<b>Cumprido</b>
					Validação da existência da necessidade de aquisição por outras unidades orgânicas e/ou pelo CA	<b>Cumprido</b>
					Exigência de fundamentação nas propostas e aquisição de bens e serviços	<b>Cumprido</b>
					Utilização de ajuste direto limitado a casos de urgência ou de exceção devidamente fundamentada	<b>Cumprido</b>
					Sempre que viável do ponto de vista administrativo, opção pelo concurso público para a contratação da aquisição de bens e serviços, ainda que com preço base inferior ao limite legal	<b>Cumprido</b>
					Realização do inventário em suporte informático, com verificações físicas anuais	<b>Cumprido</b>
					Sistema de Gestão de <i>Stocks</i> , com requisição eletrónica e registo de entradas e saídas	<b>Cumprido</b>

					Controlo de consumos, aferindo desvios relativamente aos consumos médios	<b>Cumprido</b>
					Controlo das entradas e saídas no edifício sede da AdC, incluindo acompanhantes e visitantes – conforme normas do manual de utilização do edifício	<b>Cumprido</b>
					Visitantes acompanhados por elementos da AdC	<b>Cumprido</b>
					Nomeação de júri para procedimentos de contratação com preferência por inclusão de trabalhadores afetos a outras unidades orgânicas	<b>Cumprido</b>
					Subdelegação de poderes do conselho de administração no domínio da gestão económico-financeira e patrimonial com obrigatoriedade de reporte interno trimestral, através de relatório de execução e acompanhamento das atividades subdelegadas, incluindo despesas incorridas	<b>Cumprido</b>
					Procedimentos de controlo interno na área de aprovisionamento e património instituídos em Manual de Procedimentos que é regulamente atualizado	<b>Cumprido</b>

**d) Unidade de Tecnologias de Informação e Comunicação (UTIC)**

Atividades	Riscos	PO	GC	Grau de risco	Medida	Estado de cumprimento
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão de Arquivo e Expediente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Violação da correspondência e do dever de sigilo</li> <li>Desaparecimento de correspondência</li> <li>Viciação da data de entrada</li> </ul>	F	E	Moderado	Intensificar o sistema de gestão documental através da digitalização de documentos e não reprodução dos mesmos em cópia	<b>Cumprido</b>
		M	E	Elevado		
		F	E	Moderado	Segregar funções entre a receção / expedição e registo da correspondência no sistema de gestão documental	<b>Cumprido</b>
					Procedimentos internos para a receção e encaminhamento da correspondência e de documentação diversa	<b>Cumprido</b>
					Criação de perfis de acesso a correspondência registada no sistema de gestão documental	<b>Cumprido</b>

### **3. Conclusões**

17. O presente relatório de avaliação intercalar é fundamental para o controlo da implementação das medidas de prevenção das situações identificadas de risco elevado ou máximo.
18. Conforme exposto, e quanto às situações identificadas de risco elevado ou máximo, a quase totalidade das medidas preventivas encontrava-se implementada e em pleno cumprimento pela AdC, encontrando-se apenas uma das 61 em revisão, ou seja, cerca de 0,6%, e estando identificadas pela AdC as ações necessárias para alcançar uma plena implementação do PPR.
19. Em 2024, encontra-se em curso uma revisão, quer do PPR, quer do Código de Conduta, que será consubstanciada a breve prazo.
20. A AdC considera que cumpre de forma efetiva e adequada a implementação de medidas de prevenção que permitem mitigar os riscos elevado ou máximo identificados.

Lisboa, 30 de outubro de 2024